

Mulher morre após ser golpeada com vidro quebrado em Altamira | PA

Foto: Reprodução | Segundo a Polícia Civil, uma mulher, ainda não identificada, teria se aproximado de Leidimar e a golpeou próximo da axila com um pedaço de vidro de uma garrafa.

A vítima foi identificada como Leidimar Marques Silva. Ela morreu após ser atingida por um golpe de um pedaço quebrado de garrafa de vidro após um show que acontecia em uma casa de festas na madrugada deste sábado (30), no bairro Jardim Independente II, em Altamira, sudoeste do Pará.

Segundo a Polícia Civil, uma mulher, ainda não identificada, teria se aproximado de Leidimar e a golpeou próximo da axila com um pedaço de vidro de uma garrafa. Testemunhas contaram à polícia que a suspeita e a vítima não tinham tido nenhum tipo de desentendimento durante a festa. Após o crime, ela fugiu do local. Leidimar chegou a ser socorrida e encaminhada até a Unidade de Pronto Atendimento, mas não resistiu aos ferimentos e morreu na unidade hospitalar.

Um inquérito foi aberto pela Delegacia de Homicídios de Altamira que investiga o caso. Ainda não há uma motivação do crime. Testemunhas, amigos e familiares devem ser ouvidas. A suspeita é considerada foragida. A casa de shows informou que está cooperando com a investigação da Polícia Civil para esclarecer o caso e uma nota será postada nas redes sociais posteriormente.

Fonte: Confirma Notícia e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 02/12/2024/08:11:43

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias

chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e -
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e -
mail: adeciopiran.blog@gmail.com

Furiosos, indígenas da etnia Kayapó de Novo Progresso e São Feliz do Xingu mantém ocupação de sede da Norte Energia por ela romper acordo

Os indígenas querem a manutenção do acordo de repasses pela Norte Energia, mas a empresa não quer cumprir e ainda entrou na Justiça para retomar o prédio ocupado | Foto de Wilson Soares, da Voz do Xingu

No sul e sudeste do Pará, há um ditado que parece carregar mais do que um toque de sabedoria local: “Autoridade inteligente não briga com os Kayapó.” Não é por acaso. Guerreiros reconhecidos por sua habilidade, estratégia e determinação, os Kayapó sabem exatamente o que querem e não medem esforços para garantir seus direitos.

Essa verdade ficou evidente em Altamira, no Vale do Xingu, onde cerca de 80 indígenas da etnia Kayapó, cujas aldeias ficam localizadas entre os municípios de Novo Progresso e São Félix do Xingu, protestam desde a última segunda-feira (25), ocupando a sede da Norte Energia.

O motivo da mobilização é a cobrança pela renovação de um acordo essencial, que assegurava o repasse de recursos para a proteção de terras indígenas contra crimes ambientais. O acordo, firmado há mais de uma década como parte das Condicionantes Indígenas de Belo Monte, venceu há um ano e não foi renovado, deixando três terras indígenas – Baú, Menkragnoti e Kayapó – vulneráveis ao avanço do desmatamento e da mineração ilegal.

Como resposta à Norte Energia, os indígenas bloquearam trechos

da avenida que dá acesso ao prédio da empresa e ao aeroporto de Altamira, utilizando cordas para impedir a passagem de veículos. Segundo lideranças Kayapó, o acordo desandou após a privatização da Eletrobrás, maior acionista da Norte Energia, responsável pela usina de Belo Monte.

Na quarta-feira (27), caciques participaram de uma reunião com representantes do Ministério dos Povos Indígenas, Eletrobrás, Norte Energia, Instituto Kabu e da Associação Floresta Protegida dos Kayapó. O encontro, no entanto, terminou sem avanços. Indignados com a falta de entendimento, os manifestantes decidiram manter o protesto.

Enquanto isso, a Norte Energia recorreu à Justiça e solicitou a reintegração de posse de sua sede, ocupada pelos Kayapó. Procurada pela imprensa, a empresa ainda não se posicionou sobre as reivindicações indígenas.

Lição de resistência e alerta

Os Kayapó oferecem, mais uma vez, uma lição clara: não são apenas guerreiros no sentido tradicional, mas também defensores incansáveis de suas terras e direitos. Eles conhecem os impactos devastadores da exploração desenfreada e têm plena consciência do papel fundamental que desempenham na proteção da Amazônia.

Para aqueles que frequentam ou administram o sul e sudeste do Pará, ignorar a força e a determinação dos Kayapó é cometer um erro estratégico grave. Confrontá-los sem diálogo é como enfrentar uma tempestade sem abrigo – a derrota é quase certa.

Mas o protesto também é um alerta mais amplo. Em um cenário onde questões ambientais e indígenas são cada vez mais relegadas, os Kayapó estão lembrando ao Brasil que não há desenvolvimento sustentável sem o respeito aos povos originários e à natureza. A “paz de Belo Monte”, tantas vezes negociada, está se esvaindo.

Divertir-se em festas, como em Altamira, ou desenvolver grandes empreendimentos, como Belo Monte, precisa ser feito com consciência e respeito. Quando direitos básicos são negligenciados, a resposta pode vir com força proporcional à resistência histórica dos Kayapó. E, como sempre, eles sabem o que querem.



A empresa entrou na Justiça para que os indígenas desocupem o prédio, em Altamira

Fonte: ver-o-fato e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 02/12/2024/07:13:43

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](tel:93984046835)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: -93- [984046835](tel:93984046835) (Claro)

- Site: www.folhadoprogresso.com.br e -

mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e -

mail: adeciopiran.blog@gmail.com

Indígenas da etnia Kayapó, das aldeias localizadas entre os municípios de Novo Progresso e São Félix do Xingu, ocupam prédio da concessionária de Belo Monte em protesto por renovação de acordo

Foto: Wilson Soares / A Voz do Xingu | Lideranças indígenas cobram a empresa renove um acordo vencido há um ano. O acordo garante repasse de recursos que serão aplicados na proteção das terras indígenas contra o avanço de crimes ambientais.

Lideranças indígenas cobram a empresa renove um acordo vencido há um ano. O acordo garante repasse de recursos que serão aplicados na proteção das terras indígenas contra o avanço de crimes ambientais.

Cerca de 80 Indígenas da etnia Kayapó, do município de Novo Progresso, realizam protesto em Altamira, no vale do Xingu, para cobrar a renovação de um acordo que beneficiaria aldeias de duas terras indígenas, no sudoeste do Pará.

O grupo de manifestantes iniciou o protesto na segunda-feira (25) e ocupava o prédio da empresa Norte Energia até esta quinta (28).

A empresa seria a responsável pela renovação do acordo e para repasses de recursos às aldeias da região. O acordo foi firmado com a empresa Eletrobrás, que é a maior acionista da Norte Energia, responsável pela usina de Belo Monte.

Os indígenas bloquearam com cordas parte da avenida que dá acesso ao prédio da empresa e ao aeroporto de Altamira.

As lideranças cobram que a Norte Energia renove um acordo que estaria vencido há um ano. O documento garante repasse de recursos aplicados na proteção das terras indígenas contra o avanço de crimes ambientais.



Foto: Wilson Soares / A Voz do Xingu

O acordo cobrado pelo povo Kayapó é parte das Condicionantes Indígenas de Belo Monte, que são exigências legais. A ideia é compensar os impactos e garantir a proteção das 3 Terras Indígenas: Baú, Menkragnoti e Kayapó e do leste e oeste da bacia do Xingu. O acordo funcionou por 12 anos, venceu em 2023 e desandou com a privatização da Eletrobrás.

Na tarde da quarta-feira (27), os caciques participaram de uma reunião com representantes do Ministério dos Povos Indígenas,

Eletrobrás, Norte Energia, Instituto Kabu e da Associação Floresta Protegida dos Kayapó.

Os indígenas informaram, que estão indignados com a falta de entendimento em um acordo proposto por eles. A reunião terminou sem atender a pauta e por isso os indígenas resolveram continuar a manifestação.

Na quarta-feira (27), a Norte Energia acionou a justiça e entrou com um pedido de reintegração de posse à sede da empresa. O g1 pediu posicionamento da empresa sobre os apontamentos do indígenas e aguarda retorno.

Fonte: g1 PA e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 29/11/2024/13:21:18

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de

pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](tel:(93)984046835)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](tel:(93)984046835) (Claro) -Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com

Polícia Civil de Castelo dos Sonhos prende padrasto acusado de abusar de dois enteados

Foto: Reprodução | Nesta quarta-feira (27), a Polícia Civil de Castelo dos Sonhos deu cumprimento a um mandado de prisão preventiva contra Azael Barnabé Fernandes, empresário acusado de estupro de vulnerável (Art. 217-A do Código Penal) contra dois enteados. A operação aconteceu por volta das 17h30, em uma área isolada conhecida como “Esperança IV”, às margens do rio Trairão.

O mandado, expedido em 24 de julho deste ano, vinha sendo alvo de diligências pela Polícia Civil. O acusado, devido à sua influência na região, contava com suporte para evitar a

prisão. Durante a captura, Azael foi flagrado com um revólver calibre 32 e três munições, sendo também autuado em flagrante por posse ilegal de arma de fogo (Art. 12 da Lei 10.826).

O caso reforça a importância do trabalho investigativo para garantir que crimes graves como o estupro de vulnerável sejam punidos.

veja vídeo da prisão abaixo:

<https://twitter.com/i/status/1862179731027722455>

Fonte: PC/PA Com informações do Repórter Junior Ribeiro e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 28/11/2024/13:02:19

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](tel:93984046835)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: -93- [984046835](tel:93984046835) (Claro)

- Site: www.folhadoprogresso.com.br e -

mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e -

mail: adeciopiran.blog@gmail.com

Operação da PF em Santarém, Itaituba, Altamira prende dois comandantes da PM suspeitos de ajudar garimpos ilegais na região do Tapajós

Operação da PF em Santarém, Itaituba, Altamira prende servidores públicos suspeitos de ajudar garimpos ilegais na região do Tapajós -(Foto: Divulgação/PF) –

Os mandados estão sendo cumpridos em Santarém, Itaituba, Altamira. Empresários repassavam “mesada” para terem liberdade de extrair e transportar ouro irregular

A Polícia Federal deflagrou na manhã desta quinta-feira (28/11) a operação Cobiça, voltada ao combate a crimes ambientais na região do Tapajós, oeste do Pará. São cumpridos

21 mandados de busca, quatro mandados de prisão, sequestro de bens e medidas cautelares de afastamento da função pública. A suspeita é que servidores públicos participam de organização criminosa na cadeia produtiva do ouro ilegalmente. Os mandados estão sendo cumpridos em Santarém, Itaituba, Altamira, Rio de Janeiro e Goiânia.

Foram presos preventivamente dois servidores públicos, o Tenente Coronel Campos, comandante do 15º Batalhão de Polícia Militar (15º BPM) de Itaituba e o Coronel Pedro, comandante do Comando de Policiamento Regional X (CPR-X), e dois empresários. Foram apreendidos ao menos oito carros de luxo, celulares, joias e quantidade ainda não contabilizada de ouro e dinheiro. A investigação apontou que os servidores públicos investigados receberam, durante meses sucessivos, pagamentos de empresas e outras pessoas investigadas pela comercialização de ouro de terras indígenas e de área de reserva legal. O dinheiro seria para que os servidores públicos facilitassem ou não reprimissem os crimes ambientais cometidos pelas empresas, além de atuarem na logística e segurança do ouro ilegal.















Assista abaixo:

<https://youtu.be/Y3P-GF2xEkI>

Há fortes indícios de que o ouro comercializado pela organização criminosa provém de garimpos localizados no interior e região de entorno da Terra Indígena Munduruku. Essa é uma das terras indígenas mais devastadas pelo crime e que

está, no momento, em processo de desintrusão em grande operação, também com participação da Polícia Federal. Um dos investigados teria recebido R\$ 4 mil por mês, como parte da organização criminosa, para não embarçar o negócio ilegal; outros dividiam R\$ 10 mil mensais, com a função de estar à disposição das empresas, inclusive em horários de expediente e usando carro e outros materiais de trabalho institucionais.

Outro dos investigados é empresário que já havia sido condenado três vezes por tráfico de drogas, além de ter condenações por receptação, tentativa de homicídio, uso de documento falso e associação para o tráfico. Na atual operação, os crimes investigados são: lavagem de dinheiro, usurpação de bens da União e organização criminosa.

Contexto

A operação Cobiça surgiu a partir da operação Ganância, da Polícia Federal em Rondônia, em 2022, que investigou desvio de recursos públicos federais na prestação de serviços de UTI aérea. As empresas envolvidas no esquema teriam causado dano ambiental em área de 212 hectares, extraíndo quantidade de minérios superior à permitida na guia de utilização expedida pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

As empresas declararam extrair minérios de terra indígena e de locais onde ela não teve atividade. Entre 2020 e 2021, o grupo econômico teve um rendimento estimado superior a R\$ 1 bilhão, extraíndo muito mais minérios do que o autorizado, em locais proibidos.

Fonte:Ascom PF/Jornal Folha do Progresso e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 27/11/2024/05:52:48

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode

ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e -
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e -
mail: adeciopiran.blog@gmail.com

[https://www.folhadoprogresso.com.br/maxim-aplicativo-de-transp
orte-ajuda-criancas-com-cancer-em-parceria-com-ong/](https://www.folhadoprogresso.com.br/maxim-aplicativo-de-transporte-ajuda-criancas-com-cancer-em-parceria-com-ong/)

com informações da PF

Polícias Civil e Militar impedem ação de facção criminosa em Altamira e Brasil Novo | PA

Foto: Reprodução | O grupo tentava se estabelecer na região para controlar o tráfico de drogas.

Durante uma operação conjunta entre as Polícias Civil e Militar, um grupo criminoso, com origem em Manaus, foi desarticulado. O grupo tentava se estabelecer na região para controlar o tráfico de drogas.

A operação, realizada no sábado (23), após monitoramento, resultou na prisão de dois indivíduos e na morte de outros dois, após confronto com os policiais.

Após denúncias, as equipes policiais intensificaram o monitoramento de possíveis integrantes. Durante as diligências, dois suspeitos foram flagrados dentro de um veículo, portando papелotes de cocaína, maconha e duas pistolas. Todos foram presos em flagrante por tráfico de drogas e comércio irregular de arma de fogo.

Ainda durante a operação, os policiais descobriram que outros dois integrantes da mesma facção estavam a caminho do município de Brasil Novo com armamentos. A dupla seria responsável por transportar as armas ao destino.

Os policiais interceptaram um carro, veículo que, segundo as investigações, havia sido utilizado recentemente em uma tentativa de homicídio. Durante a abordagem, os dois suspeitos

morreram em troca de tiros com as equipes policiais.

Dentro do veículo foram apreendidos um revólver calibre 38, uma pistola, além de porções de maconha e cocaína.

Fonte: PC/PA e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 26/11/2024/09:38:41

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](tel:-93-984046835) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e -
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e -
mail: adeciopiran.blog@gmail.com

0 povo Kayapo é contra a Ferrogrão

Protesto Liderança indígena expõe impactos da Ferrogrão na COP-29 -(Foto:Viviane Borari)

Mydje Kayapo Mekrangnoti, liderança Kayapo Mekrangnoti, da Terra Indígena Baú, situada em Novo Progresso, diretor de relações públicas do Instituto Kabu e membro da Aliança “**Ferrogrão Não**” informa que o povo Kayapo é contra a Ferrogrão.

“A Ferrogrão é um projeto de morte que traz mais branco para o nosso território e traz mais desmatamento para plantação de soja”, afirma Mydje.

Amazônia Alerta

Florestas Públicas sob ameaça: impactos socioambientais e fundiários da Ferrogrão

Ministério dos Transportes insiste no projeto ferroviário que além de ameaçar terras indígenas e comunidades tradicionais poderá acelerar a apropriação indevida de florestas não destinadas, no Pará.

Entre os dias 25 e 28 de novembro, Belém, no Pará, será palco de um importante Seminário promovido pelo Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA) sobre regularização fundiária e destinação de florestas públicas.

Realizado no Auditório Paulo Cavalcanti, no Museu Emílio Goeldi, o evento contará com a presença de líderes do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e de representantes de organizações e movimentos sociais. Uma das propostas do Seminário é a apresentação pelo MDA de novas normativas no tema e discussão com as lideranças sobre o que ainda pode ser feito.

A nova normativa do Governo pode favorecer a especulação sobre florestas públicas ou ampliar sua proteção, e esse ponto é fundamental na discussão sobre impactos de grandes projetos, como a Ferrogrão, que têm potencial de trazer danos a toda região Oeste do Pará, incluindo mais desmatamento, mais grilagem e menos territórios protegidos.

Destinação de Florestas Públicas no combate ao desmatamento

Para a Fase Amazônia, a destinação de florestas públicas é um tema constante na agenda do combate ao desmatamento, no bioma Amazônia. A regularização fundiária é um dos pontos centrais do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, o PPCDAM, retomado pelo Governo Lula.

De acordo com o Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNPFF) o déficit de destinação de florestas públicas, ou seja, as florestas públicas tipo B, representam 19,4% da área total de florestas.

No entanto, de acordo com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE Amazônia, enquanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pretende dar mais proteção e finalmente destinar as florestas públicas para comunidades tradicionais, o Ministério dos Transportes mantém foco e insiste no projeto ferroviário que além de ameaçar terras indígenas e comunidades tradicionais poderá acelerar a apropriação indevida de florestas não destinadas.

Tentativa de grilagem já atinge 61% das grandes porções de FPND da Amazônia/ Foto: Marcio Isensee e Sá

Ferrogrão: Impactos socioambientais e a luta pelo território

A construção da EF-170, comumente conhecida por Ferrogrão, está sendo planejada para um eixo paralelo a BR-163, na região da Bacia do Tapajós, ligando Sinop/MT a Itaituba/PA para transporte de grãos aos complexos portuários de Miritituba, Itapacurá e Santarenzinho.

Para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Itaituba, “a Ferrogrão não é ameaça só nos lugares que estão planejados para passar os trilhos, as regiões próximas já sofrem com os efeitos dos conflitos, que devem aumentar com o avanço do projeto”, enfatizam.

Na área do eixo da ferrovia estão Unidades de Conservação (FLONAs e o PARNA Jamanxim), diretamente afetadas. Em áreas próximas ao eixo, estão Terras Indígenas, como a TI Baú. Além dessas áreas destinadas, tipificadas como florestas públicas tipo A, ainda existem terras públicas arrecadadas (glebas) com florestas, sem destinação (as tipificadas florestas públicas tipo B).

“Em 2023, o Governo Federal havia editado o Decreto nº 11.688 que impedia a privatização dessas áreas de florestas públicas tipo B. Contudo, após pressão interna, o Governo alterou o texto por meio do Decreto nº 12.111 de 2024, para que fosse permitida a privatização dessas áreas e a parcela de floresta compusesse a reserva legal do imóvel rural”, aponta a Fase Amazônia.

A previsão, agora, é de que a proposta de construção da ferrovia já tenha impulsionado os processos de conversão de uso da terra, nessas áreas, que já enfrentam forte pressão interna. Operações do IBAMA e da Polícia Federal tentam combater queimadas e esquemas de grilagem que, há décadas, afetam essas áreas. Além disso, os registros no Cadastro

Ambiental Rural por ocupantes se avolumam e aumentam as disputas territoriais.

A CPT/ Itaituba ressalta o impacto direto na Flona do Jamanxim, que já possui muita ocupação ilegal e há muita pressão de fazendeiros para revogação da criação da Flona. Para a organização, “nesse caso, a desafetação de parte da Flona para atender aos interesses da Ferrogrão, acaba por atender também os interesses dos invasores”, reforça.

A pavimentação da BR-163 já evidenciou os impactos do ordenamento territorial na região oeste do Pará, e a Ferrogrão promete intensificar essa pressão.

Entende-se que mesmo iniciativas como a privatização de terras para agricultura familiar, com titulação de lotes de até 300 hectares (4 módulos fiscais em Itaituba e Novo Progresso), não possuem políticas efetivas para evitar a reconcentração fundiária e a formação de latifúndios. Esse vazio normativo agrava os riscos de exclusão social e ambiental.

A CPT Itaituba alerta que a especulação fundiária, que também é uma questão que acirra a grilagem e gera violência, é um fator que tem sido almejado por grileiros e demais atores do agronegócio, pois almejam como último plano, a indenização pelas áreas afetadas pela ferrovia. De um lado, sendo indenizados em áreas muitas vezes griladas, geram lucros e de outro gera possibilidade de legalização da grilagem.

Petição pede o fim do projeto da Ferrogrão/ Foto Pedro Alcântara (@mboia)

Resistência regional

No Tapajós, a oposição à Ferrogrão tem mobilizado diversos grupos. Povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, organizações não governamentais e ativistas formaram a Aliança #FerrogrãoNão, que liderou protestos em Santarém, Brasília, São Paulo e outras localidades. Em novembro, a rede apoiou o 7º Grito Ancestral, que incluiu o

fechamento simbólico do Rio Tapajós, por cerca de 06 horas.

Durante a COP 29, em Baku, no Azerbaijão, as lideranças indígenas Alessandra Munduruku e Cleidiane Vieira denunciaram os impactos sociais e ambientais da Ferrogrão para a Amazônia.

Mydje Kayapo Mekrangnoti, liderança Kayapo Mekrangnoti, da Terra Indígena Baú, situada em Novo Progresso, diretor de relações públicas do Instituto Kabu e membro da Aliança FerrogrãoNão informa que o povo Kayapo é contra a Ferrogrão.

“A Ferrogrão é um projeto de morte que traz mais branco para o nosso território e traz mais desmatamento para plantação de soja”, afirma Mydje.

A resistência e a luta das populações do Tapajós expressa a força das comunidades em defesa de seus territórios e modos de vida, frente a empreendimentos que ignoram os impactos sociais e ambientais na Amazônia.

Organizações como o Tapajós de Fato, a Fase Amazônia, a CPT Itaituba e o Instituto Kabu fazem parte da Aliança Ferrogrão Não.

Fonte: Por: Marta Silva Fonte: Tapajós de Fato/Jornal Folha do Progresso e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 22/11/2024/06:41:43

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal

Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)

*- Site: www.folhadoprogresso.com.br e -
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e -
mail: adeciopiran.blog@gmail.com*

<https://www.folhadoprogresso.com.br/maxim-aplicativo-de-transporte-ajuda-criancas-com-cancer-em-parceria-com-ong/>

Exportações de madeira do Pará registram queda em 2024

(Foto:Reprodução) – As exportações de produtos e subprodutos de madeira do Estado do Pará apresentaram uma retração nos primeiros dez meses de 2024. Segundo os dados compilados e divulgados pela Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (Aimex), com base em relatórios do Ministério de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o valor das exportações caiu 7,12%, somando US\$ FOB 180.920.360, enquanto a quantidade exportada também teve uma diminuição de 7,30%, totalizando 207.383.293 Kg, quando comparado ao mesmo período de 2023.

No mês de outubro, as exportações paraenses de madeira e seus derivados totalizaram US\$ FOB 17.809.707 e 17.838.082 Kg, registrando uma queda de 12,72% no valor e 51,86% na quantidade em relação a setembro. No entanto, o preço médio por tonelada apresentou uma valorização de 34,72%, subindo para US\$ FOB 998,40/ton.

Apesar da queda geral, um dos segmentos que se destacou foi o da madeira perfilada (NCM 44.09), que apresentou crescimento tanto no valor quanto na quantidade exportada. Este produto, com maior valor agregado, representou 70,40% do total das exportações de madeira do Estado, somando US\$ FOB 127.385.293. A madeira perfilada tem como principal destino os Estados Unidos, que compraram 53,81% do total exportado, ou US\$ FOB 68.554.393.

Os Estados Unidos continuam sendo o principal parceiro comercial do Pará no setor de madeira, com uma participação de 42,27% nas exportações totais do Estado, o que corresponde a US\$ FOB 76.476.839 de janeiro a outubro de 2024. Esse desempenho reflete, em parte, a recuperação econômica dos EUA, impulsionada pela redução das taxas de juros pelo Federal Reserve (FED) desde setembro, o que tem favorecido a construção de novas moradias e o consumo, dois setores que

demandam grandes volumes de madeira.

Para o consultor técnico da Aimex, Guilherme Carvalho, a análise dos dados de exportação de madeira do Pará revela um cenário misto para o setor. “Embora tenhamos observado uma retração no valor e na quantidade exportada nos primeiros dez meses de 2024, com quedas de 7,12% no valor e 7,30% na quantidade, o desempenho de alguns produtos demonstra resiliência”, disse ele.

“O destaque positivo fica por conta da madeira perfilada, que, com seu maior valor agregado, mostrou crescimento. Esse produto tem sido cada vez mais valorizado no mercado internacional, especialmente nos Estados Unidos, que continuam a ser o principal destino das exportações paraenses, absorvendo mais de 50% da madeira perfilada exportada”, acrescentou Carvalho.

Segundo ele, é importante também ressaltar que, apesar da queda nas exportações totais em outubro, o aumento no preço médio por tonelada, que subiu 34,72%, aponta para uma valorização do produto. Esse fenômeno reflete uma dinâmica de mercado que, mesmo diante de quedas nas quantidades exportadas, consegue gerar maior retorno financeiro.

“O que estamos vendo é uma adaptação do setor a um contexto global de desafios econômicos, mas também de oportunidades, especialmente com a recuperação econômica nos Estados Unidos e a redução das taxas de juros pelo Federal Reserve. Isso deve continuar impactando positivamente o consumo de madeira, que é um insumo essencial para os setores de construção e consumo nos EUA. Portanto, apesar das dificuldades, o setor de madeira do Pará continua a ser competitivo e tem potencial para se recuperar nos próximos meses, desde que se mantenha atento às tendências de demanda e ao fortalecimento da economia global”, finalizou o consultor técnico da Aimex.

Fonte: Por/Ana Laura Carvalho e Publicado Por: Jornal Folha do

Progresso em 22/11/2024/06:41:43

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-
mail: adeciopiran.blog@gmail.com

Dez megaincêndios em terras indígenas e outras áreas estão sendo monitoradas no Pará

Focos de incêndio próximo de reserva ecológica do Mapinguari, no Amazonas. – (Foto: Fábio Bispo/InfoAmazonia)

Dez megaincêndios em terras indígenas e áreas de quilombo, reserva extrativista e assentamentos estão atualmente sendo monitorados no Pará pelo Ministério Público Federal (MPF). Os locais sofreram ou estão sofrendo com queimadas nos últimos três meses, conforme relatos enviados ao MPF por moradores e veículos de comunicação. Segundo o MP, vários requerimentos foram feitos e encaminhados aos órgãos públicos estaduais e federais para tratar o caso e traçar medidas urgentes de combate. Um prazo de 72 horas, que vence nesta quinta-feira, 21 – foi determinado no último dia 18, foi estipulado para que os órgãos ligados ao meio ambiente apresentem soluções paliativas para as áreas afetadas pelas queimadas.

Conforme o MPF, as queimadas têm resultado em devastação ambiental e em graves impactos às comunidades locais, principalmente aos povos indígenas e tradicionais. Entre os pontos mais afetados, conforme as denúncias dos últimos três meses, estão: Terra Indígena (TI) Anambé, localizada no município de Moju; Território Quilombola da Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes de Quilombolas do Alto-

Acará, localizada no município de Acará; Terra Indígena (TI) Alto Rio Guamá, no nordeste do Pará; Reserva Extrativista (Resex) Verde para Sempre, no município de Porto de Moz; Terra Indígena Mãe Maria, em Bom Jesus do Tocantins; Terra Indígena (TI) Trincheira Bacajá, no sudeste do Pará; Terras indígenas e de demais comunidades tradicionais dos municípios da microrregião de Itaituba, que envolve as cidades de Itaituba, Rurópolis, Novo Progresso, Trairão, Aveiro, Jacareacanga e Altamira (Distrito de Castelo dos Sonhos); Terras Indígenas Munduruku, Kayabi e Sai Cinza, localizadas em Jacareacanga; PDS Terra Nossa, na porção do Distrito de Castelo dos Sonhos, em Altamira; e Terras indígenas das microrregiões de Parauapebas e Redenção.

Leia mais>[Enquanto autoridades discursam na COP-29, Pará está em chamas, alerta MPF](#)

De acordo com o MPF, a maior parte das informações sobre as queimadas chegam sem detalhes, não sendo possível realizar um levantamento preciso a respeito do número de focos de incêndio. Além disso, só poderá ser determinado quais incêndios são criminosos após cada caso ser minuciosamente investigado, para apuração da origem do fogo.

Conforme o procurador da República Rafael Martins da Silva, do MPF, os povos afetados são os principais denunciante sobre o fogo nas áreas. “Identificamos, principalmente em contato com as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, e também com notícias veiculadas na imprensa, esses locais, municípios, onde estão ocorrendo vários incêndios descontrolados. Nós realizamos visitas periódicas nessas comunidades para apurar e coletar material para o monitoramento, como fotos e vídeos. A partir dessas informações, a gente atua nos procedimentos nas diversas localidades, tanto do interior como em Belém também. Assim, fomos, a princípio, cobrando as instituições cabíveis”, disse o procurador.

Segundo o MPF, a atuação é acompanhada por vários procuradores

da República, em todo o estado, conforme a área geográfica de atuação e conforme o tipo. Há quem atue na cobrança de providências de órgãos públicos, há ainda a investigação criminal. Dessa maneira, os procuradores decidiram estabelecer um prazo de 72 horas para que as autoridades competentes apresentem soluções paliativas sobre os incêndios.

“Os ofícios que eu e os demais procuradores da República solicitamos foi assinado dia 18 de novembro. Ele foi direcionado ao Ibama, Bombeiros, ICMBio, Secretaria Estadual dos Povos Indígenas, Ministério do Meio Ambiente, proteção dos Povos Indígenas e várias outras instituições. Eles têm o prazo de 72 horas para apresentar respostas e um plano de ação para combate aos incêndios. A solicitação foi apresentada extra-oficialmente para dar uma resposta às comunidades”, informou o procurador da República Rafael Martins da Silva.

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)

Quase 200 bombeiros do Pará estão em campo

Adoção de protocolos e diligências estratégicas em proteção ao meio ambiente e à população no Pará foram medidas anunciadas, no último dia 11 de novembro, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA), para garantir a preservação da floresta, prevenir e combater os incêndios florestais. Atualmente, segundo o CB, há um efetivo de 190 bombeiros militares especialistas no enfrentamento de incêndios em vegetação na Amazônia, além de 34 viaturas, entre as de combate a incêndio e viaturas tipo pick-up para salvamento e também para o combate a incêndios.

De acordo com o estado, atualmente, está a vigor a 7ª fase da Operação “Fênix”, deslançada neste mês de novembro. Os militares estão atuando em 22 frentes de combate distribuídas

nos municípios de Almeirim, Santarém, Juruti, Paragominas, Jacareacanga, Tucuruí, Redenção, Altamira, Portel, Moju, Abaetetuba, Mojuí dos Campos, Garrafão do Norte, Tailândia, Cametá, Bom Jesus do Tocantins e Breves.

Há também atuações nas regiões urbanas, com 31 unidades operacionais distribuídas estrategicamente em todo o território paraense. Integrando os esforços para combater os focos de incêndio, o Grupamento Aéreo de Segurança Pública (Graesp) empregou 24 agentes e 4 helicópteros para auxiliar o Corpo de Bombeiros Militar. As ações totalizam mais de 126 horas de voos.

A Operação “Fênix” ocorre desde 2019, no Pará, por meio do Corpo de Bombeiros. Somente em 2024, já empregou 760 bombeiros militares. A Operação já contabiliza a atuação em 68 municípios paraenses, atendendo a 1.853 ocorrências a partir de acionamentos pelas pessoas e pelo painel do fogo onde os focos são monitorados.

Plano único de combate

De acordo com o procurador da República Rafael Martins da Silva, outras ações também já haviam sido solicitadas à União e ao estado do Pará. No entanto, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão de processos judiciais e dos efeitos de decisões relacionadas à prevenção e ao combate a incêndios no Pará. A decisão do ministro, a ser referendada pelo Plenário, foi tomada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

“Essas ações que já estavam demandadas foram suspensas pelo ministro para que todas as ações fossem concentradas em um único plano de ações visando combater os incêndios na Amazônia”, explicou Rafael Martins da Silva. A Redação de O Liberal procurou o STF para apurar quais ações seriam realizadas no Pará. Em nota, eles informaram para “conferir as matérias sobre o tema publicadas na página de notícias do

STF”.

Ações

O MPF cobrou informações e ações de diversos órgãos. As solicitações foram, em resumo, as seguintes:

- Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama): apresentação de medidas adotadas, recursos empregados e planos de combate aos incêndios, com foco em territórios indígenas e uso do Prevfogo financiado pelo Fundo Amazônia;
- Ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): informações sobre providências tomadas e planos para combater incêndios em unidades de conservação e territórios indígenas;
- Ao Corpo de Bombeiros Militar do Pará: detalhes sobre ações, brigadistas e equipamentos enviados; Incêndio noturno em área de palmeiras, com chamas alaranjadas intensas ao fundo. Em primeiro plano, veículos estacionados e pessoas observando a cena.
- À Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai): assistência às comunidades indígenas afetadas, incluindo fornecimento de itens essenciais e elaboração de planos de combate aos incêndios;
- À Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Estado do Pará (Cedec): medidas para segurança e bem-estar das comunidades tradicionais, com ênfase em segurança alimentar;
- À Polícia Federal e à Força Nacional: envio de planos de ação e realização de diligências para apuração dos fatos;
- Ao governo do Estado do Pará: relatórios sobre combate aos incêndios, transparência nos recursos empregados e resultados alcançados;
- Ao Ministério dos Povos Indígenas e à Secretaria Estadual dos Povos Indígenas: plano emergencial para reduzir os impactos socioambientais;
- Ao Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima: monitoramento dos incêndios nos territórios afetados.

Fonte:Jornal Folha do Progresso e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 22/11/2024/06:41:43

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail:folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-
mail: adeciopiran.blog@gmail.com

Homem é preso por ameaçar esposa com arma no sudoeste do Pará

Foto: Reprodução | A ocorrência foi registrada durante uma intervenção da guarnição do Programa “Pró-Mulher”, acionada para verificar uma situação de violência doméstica.

Uma ação policial resultou na prisão de um suspeito de ameaça e posse ilegal de arma de fogo, na noite do último domingo (18), no bairro Liberdade, em Altamira, sudoeste do Pará. A ocorrência foi registrada durante uma intervenção da guarnição do Programa “Pró-Mulher”, acionada para verificar uma situação de violência doméstica.

Ao chegar ao endereço indicado, a polícia encontrou a vítima visivelmente abalada, que relatou estar com medo das agressões feitas pelo, identificado como Ricardo Cunha Campos. Conforme o relato da mulher, Ricardo estava agressivo e alterado, demonstrando comportamento violento, inclusive na presença dos policiais.

Durante a conversa, a vítima informou que o acusado estava escondendo uma arma de fogo em sua residência. Com o consentimento da mulher, a guarnição fez buscas no local e encontrou um revólver calibre 38, além de 40 munições intactas.

Diante da situação, Ricardo Cunha Campos foi detido e

conduzido à Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), onde foi autuado por ameaça e posse ilegal de arma de fogo. A ação da polícia reforça a importância do programa de apoio à mulher, que tem atuado ativamente na prevenção e combate à violência doméstica.

Fonte: Confirma Notícia Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 19/11/2024/09:56:01

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique no link abaixo e entre na comunidade e no canal:

- [Clique aqui e acesse o canal do FOLHA DO PROGRESSO no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do JORNAL FOLHA DO PROGRESSO](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
-Site: www.folhadoprogresso.com.br e -

mail: folhadoprogesso.jornal@gmail.com/ou

e -

mail: adeciopiran.blog@gmail.com